

GT 21 Educação e Relação Étnica Racial**SENTIDOS DE PROFESSORAS SOBRE PRÁTICAS DE DISCRIMINAÇÃO
RACIAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Aline Oliveira Ramos (UESB)

Nilma Margarida de Castro Crusoé (UESB)

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar sentidos de professoras¹ sobre práticas de discriminação racial, nos anos iniciais do ensino fundamental. Guiamo-nos pelo princípio da investigação qualitativa cujo “Os dados recolhidos são designados por *qualitativos*, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, [...]” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.16). O que chamamos de sentido nesta pesquisa

[...] é uma marca de limites, a marca de um possível do qual não se sai. [...] O sentido implica um processo que não se esgota na pura significação lingüística. [...] o sentido é um pressuposto que não pode ser totalmente recoberto pela reposição histórica (SODRÉ, 2005, p.34-36).

Sobre a discriminação racial, ela se caracteriza por ser uma ofensa à plena igualdade de direitos entre as pessoas, desrespeita os seus direitos humanos e deve, portanto, ser identificada e logo enfrentada em todas as suas formas e lugares. De modo geral, a discriminação é uma prática que assume formas distintas, às vezes ocultas, dissimulados, por isso mesmo, desvalorizada e não reconhecida pelas próprias vítimas, porque lhes acreditam como socialmente comuns. Nesse âmbito, é complexo todo conteúdo que diz respeito ao racismo e a discriminação racial. Segundo Moore (2012) “o discurso e a prática do racismo

¹Serão professoras do sexo feminino pelo fato de na escola, campo de estudo, somente mulheres atuarem nos iniciais do ensino fundamental.

se inserem nas estruturas do chamado Estado Democrático de Direito”, ou seja, a manifestação do racismo atravessa todos os campos institucionais da sociedade brasileira: escola, igreja, partidos políticos, universidade, mídia e esses campos, por sua vez, produzem ideologicamente modelos que são apresentados à população como únicos sustentando o imaginário popular e controlando-o.

O contexto é determinante para entendermos como as práticas de discriminação racial passaram a ser consideradas no âmbito das questões nacionais e internacionais. A frente negra brasileira se antecipou no processo de denuncia sobre a existência de práticas racistas no Brasil, mas a confirmação, por meio, de pesquisas científicas ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, através de pesquisadores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira, entre outros, cujo resultado de seus trabalhos apontavam para o racismo no Brasil e o seu ancoramento na “origem das desigualdades entre brancos e negros”.

A compreensão do que é discriminação racial nesse trabalho foi de fundamental importância para analisarmos os sentidos das professoras entrevistadas sobre práticas de discriminação racial, anos iniciais do ensino fundamental. Nogueira (2006, p.292) o define como:

[...] uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se tem como estigmatizados, [...]. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, [...] a fisionomia, os gestos, o sotaque, *diz-se que é de marca* .

O preconceito, designado por “preconceito de marca” é o que predomina no Brasil e suas características são:

Determina uma preterição; Serve de critério o fenótipo ou aparência racial; Ele tende a ser mais intelectual e estético; Onde o preconceito é de marca, as relações pessoais, de amizade e admiração cruzam facilmente as fronteiras de marca (ou cor); No local onde existe preconceito de marca, a ideologia é, ao mesmo tempo, assimilacionista e miscigenacionista; O dogma da cultura prevalece sobre o da raça; a etiqueta de relações inter-raciais põe ênfase no controle do comportamento de indivíduos do grupo discriminador, de modo a evitar a susceptibilização ou humilhação de indivíduos do grupo discriminado; A consciência da discriminação tende a ser intermitente; Onde o preconceito é de marca a reação tende a ser individual [...]; a tendência é se atenuar nos pontos em que há maior proporção de indivíduos do grupo discriminado; [...] ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe; A luta do grupo discriminado tende a se confundir com a luta de classes; (NOGUEIRA, 2006, p.293 a 299).

Nogueira (2006) apresenta como elemento contingente às relações raciais no Brasil, condutas que legitimam práticas racistas permitindo uma compreensão do racismo brasileiro, cujo limite entre quem discrimina e é discriminado é “[...] indefinido, variando subjetivamente” (NOGUEIRA, 2006, p.293). Essa peculiaridade do preconceito de “marca” ou “cor” na sociedade brasileira mostra a ambigüidade do racismo aqui manifestado e das múltiplas variações das praticas discriminatórias. No documento elaborado na Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, no seu artigo I, a

[...] "discriminação racial" significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundadas na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por fim ou efeito anular ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, econômico, social, cultural ou em qualquer domínio da vida pública.

A Ideologia do branqueamento perpetua-se no imaginário e nas relações sociais no Brasil. Se a escola é uma extensão desta sociedade não poderia essa e outras ideologias passar por aquele ambiente sem deixar suas marcas. O branqueamento é um dos rastros do racismo brasileiro. A cor branca, o cabelo liso, o nariz afilado, os lábios finos, entre outros atributos físicos perpetuam como modelo de beleza universal, permanece influenciando o imaginário do povo brasileiro, de modo particular os não-brancos. Essa marca que define o tipo de homem e mulher é introjetada desde a infância. As crianças que se percebem como distantes desse modelo procuram por uma aproximação, ainda que o custo seja criar uma imagem distorcida de si mesmo, uma autoafirmação da ilusão sobre a realidade.

No estereótipo a complexidade do outro é reduzida a um conjunto mínimo de signos: apenas o mínimo necessário para lidar com a presença do outro sem ter de se envolver com o custoso e doloroso processo de lidar com as nuances, as sutilezas e as profundidades da alteridade (SILVA, 2006, p.51).

Outras crianças são atingidas por meio da violência simbólica, tem sua diferença apontada como um atributo negativo, desproporcional ao padrão imposto. Este padrão é reafirmado pelos veículos sociais de reprodução de ideologias que se ajusta a um modelo classificatório de superioridade e inferioridade, e, é ofertada a sociedade como verdade incontestável.

O corpo humano com suas características perceptíveis, como a cor da pele, do cabelo e dos olhos; a textura do cabelo; os traços morfológicos, tais como o formato do nariz, dos lábios, do queixo, do crânio, etc., fornece a matéria-prima a partir da qual foi formulada a teoria racialista (MUNANGA, 2008, p.15).

Entre as crianças negras os conflitos referentes às questões raciais, em alguns casos, são mais complexos, principalmente quando se trata do padrão de beleza imposto em nossa sociedade, esse modelo está impresso nos livros didáticos, nas principais revistas de circulação nacional e cotidianamente na televisão brasileira. A sociedade brasileira branca historicamente tentou fixar o lugar e o valor do negro, impedindo seu crescimento material, mas, não conseguindo controlar a grandeza cultural e simbólica desse grupo.

A questão racial no Brasil tornou-se foco das atenções da sociedade e do Estado notadamente após o presidente Fernando Henrique Cardoso reconhecer, em 1995, que havia racismo e desigualdades raciais no país, declaração que se fez acompanhar das primeiras políticas públicas de ações afirmativas com recorte sociorracial. Nesse contexto, ocorre elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais como norteadores do currículo e das práticas pedagógicas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais contemplou, ainda que timidamente, a questão da Pluralidade Cultural, assumindo a característica plural da formação do povo brasileiro, mas

O que vem sendo proposto em relação ao trabalho com as diferenças, inclusive pelos parâmetros curriculares nacionais, tem sido inócuo, a tolerância, como proposta de atuação, é uma maneira de nada fazer. Tolerância, é uma maneira de nada fazer. Tolera-se como se fosse uma deferência a outro. Nenhuma criança que possui alguma marca da diferença pede tolerância, não há nada a tolerar. Há que tornar a diferença uma positividade, uma afirmação (ABRAMOWICZ, 2006, p.48).

Faz-se necessário ressaltar que a proposta de combate ao racismo, à discriminação racial, a xenofobia e a intolerância está na origem da criação da Organização das Nações Unidas. Entre as estratégias de grande impacto para o combate ao racismo está a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, representando um divisor de águas na estratégia internacional de combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata, firmou o racismo como um problema gravíssimo para a paz mundial. Nesse sentido, essa pesquisa se insere em um contexto amplo, no que diz respeito a denuncia e ao combate as práticas de discriminação racial.

Para Schwarcz (2012, p. 116) “[...], é na história que encontramos as respostas para a especificidade do racismo brasileiro, que já não se esconde mais na imagem indelével da

democracia racial, [...]” e vislumbramos com uma das possibilidades do alcance desse trabalho o retratar do fenômeno estrutural do racismo e da discriminação racial, presente, de formas diversas no cotidiano escolar, por meio dos sentidos das professoras sobre as práticas de discriminação racial, nos anos iniciais do ensino fundamental I.

SENTIDOS DE PROFESSORAS SOBRE PRÁTICAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA

Começamos por situar como as professoras entrevistadas reconhecem o seu grupo de pertença racial. Ana (2013) se declara negra, o processo de reconhece-se negra começou na infância e na família:²*a Filha Negra era eu [...]. Depois de adulta eu gosto de ser negra* (ANA, 2013). Ao buscar definir qual grupo racial pertencia, Luiza demonstrou certa insegurança

[...] Eu não ligo muito nesta questão de cor não, mas, já me classificaram como branca, só que eu não sou branca. Posso ter os olhos claros, que é herança genética de meu pai. Segundo aquelas categorias do IBGE, até onde é do meu conhecimento eu não sou amarela, eu não sou negra, eu não sou morena. Segundo a categoria eu me enquadro dentro do afrodescendente, por que eu sou uma mistura (LUIZA, 2014).

A dificuldade em definir o seu grupo de pertença é recorrente no Brasil exatamente pelo processo de miscigenação presente na sua história, que serve ainda hoje como índice que dificulta uma definição clara a um grupo racial, as multi referências de cor de pele que existem no Brasil possibilitaram muito mais dificuldades do que respeito e “O resultado da nossa indeterminação nas distinções raciais faz que o fenótipo, [...] certos traços físicos como formato do rosto, tipo de cabelo e coloração de pele se transformem nas principais variáveis de discriminação” (SCHWARCZ, 2012, p. 98). Mais ainda,

[...] ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, o autor de *Casa grande e senzala* permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triangulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia [...]. Da ideia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito de democracia racial. (MUNANGA, 2008, p.76).

Por muito se acreditou que no Brasil não existia discriminação racial, essa hipótese

² Optamos por colocar a fala das entrevistadas em itálico, no parágrafo para não confundir com a fala dos teóricos.

era confirmada pela existência do processo de miscigenação ocorrido aqui, a convivência tenderia há harmonia entre todos os grupos étnicos, o mito da democracia racial brasileira se concretizava no discurso da sociedade. Essa idéia na prática acabou permitindo “às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade” (MUNANGA, 2008, p.77). Compartilhamos aqui, da seguinte afirmação

[...] é pura ficção pensar que a miscigenação reduz o racismo. Pelo contrario, ele o magnífica e o potencializa, tornando a vida nessas sociedades multirraciais um verdadeiro inferno em torno das feições, cor da pele, forma de nariz e textura do cabelo (MOORE, 2012, p.211).

A prática de discriminação racial está presente nos anos iniciais do ensino fundamental e é apontada e descrita pelas professoras Ana e Luiza. Segundo Ana (2013) [...] *tinha uma menina pretinha e aquela menina ia pra escola sem tomar banho, ai eu ouvia: ela fede [...] aquela criança era muito rejeitada. E as outras crianças pretas, pobres, é hipocrisia dizer que hoje essas crianças não sofrem rejeição.* De acordo com Luiza: *Existem práticas discriminatórias [...] dentro da escola de negros, índios e homossexuais* (LUIZA, 2014). A existência de discriminação na escola pode levar os sujeitos discriminados a adotarem varias posturas de repulsa ao ambiente educacional e até mesmo o abandono dos estudos, pois

A discriminação racial tem sido identificada como fator de estímulo à evasão escolar e indutor de baixa auto-estima entre alunos afro-brasileiros, prejudicando seu rendimento escolar, aumentando a possibilidade de repetência e reduzindo sua freqüência às salas de aula. (NASCIMENTO, 2001, p.121)

Segundo Ana (2013)

[...], na escola, [...] o povo negro [...] se retrai ou ele se esconde [...] quando eu vejo um menino muito lá no canto, aquele último eu gosto sempre de trazer para o meio, para frente E Luiza: afirma sobre o preconceito que [...] Todos nós temos, uns mais e outros menos, alguns camuflam, e outros agem normal (LUIZA, 2014).

Para ela, [...] *o maior preconceito, ainda infelizmente é essa questão de racismo* (LUIZA, 2014). No entanto, ela diz: *ao presenciar a discriminação[...] eu sou de agir* (LUIZA, 2014). Concordamos com Nascimento (2001, p.124) “Somente a intervenção do educador seria capaz de neutralizar a carga de sentidos pejorativos investidos na psique da criança”.

O modo de enfrentar a complexidade da questão racial ainda causa insegurança e dúvida para Luiza: [...] *Eu evito falar essa questão de preconceito porque é uma palavra tão pesada* (LUIZA, 2014). Já para Ana, [...] *na escola a gente precisa discutir dar oportunidades iguais para todos* (ANA, 2013). Observamos que a fala de professora Ana apresenta um posicionamento frente às questões discriminatórias na escola, sugerindo pensar a escola como um espaço de/e para todos. Nessa perspectiva concordamos com Gomes (2004, p.101) “[...] não é nada romântico e nem fácil tratar a questão racial na escola. Ela mexe com subjetividades, valores, histórias de vida, crenças [...]”.

Para Ana, ser professora negra diante de uma sociedade racista e de uma escola excludente é um

[...] processo e continua sendo, tem dia que eu choro, sofro, mas [...] quando você é humilhado, é rejeitado, a tendência é baixar a cabeça [...] Eu não sei se eu fosse uma professora loirinha dos olhos claros, se eu teria essa determinação (ANA, 2013).

O posicionamento e o enfrentamento da discriminação racial na escola, por parte de Ana, contribuem para mudanças de comportamentos, de modo particular para aqueles estudantes que assumem a discriminação como uma prática normal. Nesse aspecto, Santos (2001, p.106) aponta,

[...] tratar da discriminação racial em ambiente escolar não significa ajudar a criança negra a ser forte para suportar o racismo [...]. Faz-se necessário corromper a ordem dos currículos escolares, que insistem em apresentar a produção cultural eurocêntrica como único conhecimento científico válido [...]. É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes [...]. É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos.

Segundo Ana (2013) [...] *A maioria dos pobres do país é de [...] negro e em um “contexto social, em que as diferenças raciais significam desigualdade de oportunidade, [...] para uns (negros e indígenas) e, conseqüentemente, superioridade, respeito e valorização para outros (brancos)”* (SANTOS, 2001, p.97).

Ana diz: [...] *eu tenho essa preocupação de trazer a cultura afro, o pensamento da ética, do amor, do olhar diferente com o outro* (ANA, 2013). A Lei 10.639/2003³ que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas, a negação de práticas racistas na escola pode ser um suporte legal não

³ Alterada pela Lei 11.645/08. A partir da referida Lei, fica estabelecido no Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

somente para Ana, mas para muitas Anas que são vítimas e/ou presenciam o preconceito nos seus espaços de vida e trabalho.

Luiza (2014) aponta uma possibilidade para o fim de práticas racistas na escola: [...] *O amor acabaria todo preconceito conta o negro, contra o albino [...] O amor resolve tudo.* No entanto, somos convidados a ter um olhar diferente sobre a questão racial na escola, para além do amor, pois conforme Santos (2001, p.106):

[...] tratar da discriminação racial em ambiente escolar não significa ajudar a criança negra a ser forte para suportar o racismo [...]. Faz-se necessário corromper a ordem dos currículos escolares, que insistem em apresentar a produção cultural eurocêntrica como único conhecimento científico válido [...]. É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes [...]. É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos.

Os professores devem estar atentos ao “Material didático; Universo semântico pejorativo; Distribuição desigual de afeto; Negação da diversidade racial brasileira na formação da equipe da escola; Minimização do problema racial”. (CAVALLEIRO, 1999, p.52). São pontos de atenção que podem contribuir para a identificação de práticas de discriminação na escola.

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas (GOMES, 2003, p.77).

Entendemos que os professores contribuem na construção da consciência crítica da criança; é o professor que organiza e orienta as práticas em sala de aula e desse modo, ele deve estar atento aos tipos de relações que se estabelecem entre os estudantes, não pode preocupar-se apenas com a dimensão cognitiva da criança, mas com sua formação como um todo, incluindo seus valores culturais e sua composição racial.

Segundo Ana (2013):

[...] na verdade, na escola o negro aprendeu a se impor [...] ser briguento [...] senão chegaria calado e sairia calado. [...] o aluno negro ainda é retraído, é o do cantinho ainda. Na verdade os mais pobres são os negros. Por ser o mais pobre é o mais rejeitado.

O comportamento, às vezes rebelde dos estudantes discriminados pode revelar segundo Ana, *uma forma de posicionamento*. Na história do Brasil é possível encontrarmos

uma resposta para compreendermos o lugar social e econômico que foi dado ao negro pela sociedade brasileira, a partir dos estudos de Fernandes (2008, p.301)

O envolvimento imediato nos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural dependia de recursos materiais e morais [...]. Como ex-agentes do trabalho escravo e do tipo de trabalho manual livre que se praticava na sociedade de castas, o negro e o mulato ingressaram nesse processo com desvantagens insuperáveis. As conseqüências sociopáticas da desorganização social imperante no “meio negro” ou da integração deficiente à vida urbana concorreram para agravar o peso destrutivo dessas desvantagens, aniquilando ou corroendo até as disposições individuais mais sólidas e honestas de projetar “o homem de cor” no aproveitamento das oportunidades em questão.

Encontramos presentes nas relações sociais entre negros e brancos, ainda hoje, comportamentos vivenciados e legitimados no passado brasileiro, os regimes de opressão que imperaram no Brasil encontraram mecanismos de sobrevivência na consciência do povo brasileiro, os vestígios desses regimes utilizam de novas roupagens e por isso é tão urgente estamos empenhados em compreendermos a resistência de praticas de discriminação racial de modo partícula em nosso campo de estudo que é a escola. Assim o comportamento, às vezes rebelde dos estudantes discriminados pode revelar segundo Ana, *uma forma de posicionamento*. Nesta perspectiva,

Cabe ao educador e a educadora compreender como [...] o contexto do racismo [...] este fenômeno interfere na construção da autoestima e impede a construção de uma escola democrática. É também tarefa do educador e da educadora entender o conjunto de representações sobre o negro existente na sociedade e na escola, e enfatizar as representações positivas construídas politicamente pelos movimentos negros e pela comunidade negra (GOMES, 2003, p.77).

A escola é organizada em torno de uma diversidade de pessoas e por isso mesmo deve ser o lugar que essas diferenças devam ser consideradas como fundamentais para pensar o respeito e o enfrentamento de práticas de discriminação, urge fazer da escola o lugar de questionamentos e posicionamentos, fato que perpassa o currículo, a formação docente e toda dimensão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sentidos das professoras sobre praticas de discriminação racial apontaram que: a) O reconhecimento do grupo racial a que se pertence é complexo e processual; b) As professoras reconhecem que existe discriminação racial na escola c) A escola é fundamental

no enfrentamento do racismo; d) A dificuldade em lidar com a questão racial provoca insegurança, mas também necessidade de enfrentamento; e) A professora que se declara negra, afirma que a luta para superação do racismo é diária e difícil; f) O trabalho com a Lei 11.645/08 é uma realidade no município desta pesquisa g) As crianças negras são as principais vítimas de discriminação racial; h) Padrão de beleza branco continua sendo legitimado como único; i) O comportamento rebelde de alguns alunos discriminados é em alguns casos uma forma de inquietação diante da discriminação.

Logo, a superação de práticas discriminatórias na escola não se esgota em discussões esporádicas, cursos de formação temporários de professores e/ ou projetos estanques em datas que se reconhece o negro como historicamente importante na construção do Brasil, ou nas discussões sobre racismo. Podem-se considerar essas atividades como paliativas, entretanto, a articulação dos movimentos sociais e a instituição escolar em ações que ultrapassem os muros da escola podem contribuir para mudança de padrões de inferioridade do negro na sociedade brasileira, reconhecer e apoiar as inquietações relativas à naturalização de práticas discriminatórias pode levar a mobilização contra o modelo hegemonicamente estabelecido, e dar voz aos excluídos.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, M. **Relações raciais na escola**: reprodução de desigualdades em nome da igualdade In: .Mary Garcia Castro. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOGDAN, Robert. BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradutores: Maria J. Alvarez, Sara B. dos Santos e Telmo M. Baptista. Editora: Porto Editora, 1994.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____ (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

_____. Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola In: LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse; SILVEIRA, Sônia, M. (Orgs). **Os negros e a escola Brasileira**. Florianópolis: Núcleo de estudos (NEN), 1999.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/lex81.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2014

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p.167-182, jan./jun.2003.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 128p.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: Educação e identidade afrodescendente. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referencia para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social revista de sociologia da USP**, v.19, n.1, nov.2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

ROSSATO, C. GESSER, V. A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrario**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SODRÉ, Muniz. **1942: A verdade seduzida**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.